

CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS

# DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS

  
ALMEDINA

 ces

Centro de Estudos Sociais

# Dicionário das Crises e das Alternativas



## **DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS**

AUTOR

Centro de Estudos Sociais – Laboratório Associado  
Universidade de Coimbra

EDITOR

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

Rua Fernandes Tomás, nºs 76, 78 e 79  
3000-167 Coimbra

Tel.: 239 851 904 · Fax: 239 851 901  
www.almедina.net · editora@almедina.net

DESIGN DE CAPA

FBA

REVISÃO

Victor Ferreira

PRÉ-IMPRESSÃO

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

G.C. – GRÁFICA DE COIMBRA, LDA.

Palheira Assafarge, 3001-453 Coimbra

producao@graficadecoimbra.pt

Abril, 2012

DEPÓSITO LEGAL

....

Os dados e as opiniões inseridos na presente publicação são da exclusiva responsabilidade do(s) seu(s) autor(es).

Toda a reprodução desta obra, por fotocópia ou outro qualquer processo, sem prévia autorização escrita do Editor, é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infractor.



GRUPOALMEDINA

---

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL – CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

Centro de Estudos Sociais – Laboratório Associado

Universidade de Coimbra

DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS

ISBN 978-972-40-4820-8

CDU 316

338

na ordenação de atividades entretanto abertas à concorrência (energia, telecomunicações, transportes, etc.), quer na proteção de outros valores não económicos, como a segurança dos consumidores, o ambiente ou a informação, com clara demarcação entre as funções do Estado como operador e prestador e as suas funções de ordenador e regulador. Mesmo assim, a crise que despontou em 2008 mostrou que a regulação foi ineficaz no que toca aos mercados financeiros: ou porque deixou fora de controlo uma parte importante da sua atividade, como os produtos derivados, ou porque foi feita a uma escala inapropriada.

Daí que o debate sobre a regulação pública seja hoje ainda mais atual, incidindo não apenas sobre o seu conteúdo (quais os setores e atividades que devem ser mais ou menos regulados), mas também sobre a sua escala (nacional, regional ou global) e a distribuição de poderes regulatórios (por exemplo, entre os Estados-Membros e as instituições de governo da UE). Em suma, a crise tornou ainda mais evidente o papel essencial da regulação pública na estabilização dos mercados e na proteção do interesse coletivo que estes por si só não asseguram, ainda que para o desempenhar com eficácia a regulação precise de redefinir objetivos, formatos e atores.

*Maria Manuel Leitão Marques*

## **Religião**

A religião é considerada por muitos como um instrumento de apaziguamento das consciências e de desativação da contestação social, dada a sua insistência na relevância do espiritual e da vida eterna. Tem havido vozes, ao longo da presente crise, que reforçam esta vertente da religião, referindo-se à necessidade de relativizar as dificuldades do presente, de interpretar os momentos de crise como momentos privilegiados de “conversão” e de se “entregar nas mãos do Pai eterno”.

Contudo, para muitos outros, a religião constitui um fator inspirador de uma profunda crítica social e de práticas alternativas. Esta crítica assenta na denúncia da existência de uma “teologia do mercado”, isto é, uma interpretação da ordem económica capitalista como se de algo inevitável e inelutável (um plano transcendente!) se tratasse, algo que só entendidos, “exegetas”, são capazes de compreender e sobre o qual só estes são capazes de atuar, não restando ao “comum dos mortais” senão deixar-se guiar por esses peritos e deixar-se sacrificar. A crítica desta “teologia do mercado” invoca valores

como a justiça e a fraternidade/sororidade universais, baseadas na convicção de que Deus constitui o princípio radical para a igualdade entre todos os seres humanos. Invoca também o respeito pelos Direitos Humanos.

Esta perspectiva gera práticas alternativas de vários tipos: reflexões teóricas sobre os mecanismos geradores de injustiças estruturais e sobre possíveis caminhos de saída do “modelo único” do capitalismo de mercado; práticas libertadoras de capacitação de comunidades e de sujeitos em situações de exclusão, bem como ações de solidariedade humanitária em contextos de emergência. Apontem-se como exemplo de cada uma destas práticas: a participação das religiões no Fórum Social Mundial e o Fórum Mundial de Teologia de Libertação; a reflexão produzida pela Comissão Justiça e Paz, em Portugal; a presença de grupos religiosos nos diversos movimentos “Ocupas”; a presença de grupos religiosos em ONG.

*Teresa Toldy*

## **Resistência**

Etimologicamente, resistência é: estar – isto é, *tomar uma posição* – de forma reiterada. Entrar no mundo – estar – parece então ser a inevitabilidade da resistência: um (re)existir. E, contudo, dando razão a Heraclito, parecemos ter esquecido o que nos é mais familiar e intrínseco: esse processo agonista (de luta, que é também agonia) de afirmação de vida, a fazer-se contra a estase da morte.

Declarado o fim das grandes narrativas na pós-modernidade, parece haver hoje uma espécie de vergonha em usar palavras como “resistência” ou “resistir”. Em Portugal, adicionando-se razões que se prendem com a sua história recente, estas palavras parecem ter-se tornado até ridículas e alvo de troça: como se o 25 de Abril tivesse esgotado toda a necessidade de resistência e só uma certa esquerda antiquada pudesse ainda usar termos tão obsoletos e fora de moda. Este discurso, tornado dominante através das instituições reguladoras (dos média à escola), parece assim levar-nos ao impedimento de (re)existir – é esse o fundamento da tão proclamada inexistência de alternativas para a crise em que nos encontramos. Mas a aceitação deste discurso, poderemos concluir, significa a aceitação da nossa própria in(re)existência. Contra esta linguagem e pela (re)existência do humano, há pois que procurar uma linguagem emancipatória: um esforço poético (do *fazer na/da palavra*) a incluir uma dimensão profundamente arcaica